

O IMPERIALISMO E A "QUESTÃO DEMOCRÁTICA" NO BRASIL

LEANDRO KONDER

Em 1º de abril de 1964, um golpe de Estado, no Brasil, pôs fim a um agitado período de normalidade constitucional e deu início a uma nova fase na história do nosso país. Depois de um momento inicial inevitavelmente confuso, decorrente do caráter heterogêneo das forças que participaram do golpe de Estado, prevaleceu a orientação que adotava um modelo de crescimento econômico capitalista baseado na concentração do capital e da renda. Optamos sem vergonha" - pelo capitalismo, diria, em 1970, o Ministro Delfim Neto. Promoveram-se fusões bancárias; as pequenas e médias empresas foram submetidas a um processo de "racionalização" realizado em proveito das grandes. O Estado se incumbiu de controlar com mão de ferro os sindicatos para conter as reivindicações operárias e manter baixos os salários reais da esmagadora maioria dos trabalhadores (o chamado "arrocho salarial").

Esse modelo acionou um vasto aparelho repressivo, sufocou as liberdades democráticas e submeteu a imprensa à censura (até 1976, os principais órgãos da chamada "grande imprensa" ainda estavam sujeitos à censura prévia).

Do ponto de vista estritamente econômico, o modelo se mostrou eficiente. Com ele, se acelerou a industrialização do país, a população urbana ultrapassou amplamente a população rural, cresceu bastante o parque hidrelétrico, ampliaram-se muito tanto o sistema rodoviário como o sistema das telecomunicações. Houve importantes mudanças nos costumes e na mentalidade dos brasileiros. O montante dos investimentos feitos na publicidade sofreu um acréscimo substancial; ampliou-se significativamente a influência da televisão na vida das pessoas (além do aumento no número dos aparelhos vendidos, triplicou o número de horas de emissão nas estações de TV, durante os primeiros dez anos do novo regime).

Registre-se, ainda, a expansão do sistema de ensino, que abrange hoje mais de vinte milhões de alunos no nível primário e quase um milhão e meio de universitários. A população brasileira, apesar da miséria, alcançou a cifra de 120 milhões de habitantes, superando assim (desde 1978) a do Japão e fazendo do Brasil o 6º país mais populoso do mundo. E o Produto Nacional Bruto, chegando a cerca de 200 bilhões de dólares, praticamente quadruplicou nestes últimos vinte anos, de modo que o Brasil talvez seja hoje o 8º PNB do mundo capitalista.

Esse crescimento teve uma hedionda "face noturna", que a imagem oficial do país se empenhou em ocultar, na primeira metade dos anos setenta, quando a repressão subjacente ao "milagre brasileiro" recomendava a cada cidadão nosso: "Brasil - ame-o ou deixe-o" (tradução do inglês: love it or leave it). A repressão era necessária à manutenção de um sistema baseado na mais desalmada exploração do trabalho; a supressão das liberdades democráticas impedia que se reagisse eficazmente contra a abusiva espoliação dos trabalhadores. Mas o próprio general Médici, quando estava no poder, chegou a reconhecer a monstruosidade da situação, quando disse: "a economia vai bem, mas o povo vai mal"... Alguns dados podem ilustrar as condições de vida a que foram relegados pelo milagre aqueles que, no mercado, só têm para vender a sua força de trabalho: 32 milhões de brasileiros vivem em moradias que não têm instalações sanitárias; 65 milhões de brasileiros não têm água encanada.

Os maiores beneficiários do recente surto de desenvolvimento capitalista entre nós foram os muito ricos: em 1960, a parcela mais rica de população (1%) tinha 13% da renda nacional; em 1970 passou a ter 14,6%; e em 1976 chegava a ter 17,4%. Sozinhos, esses muito ricos, que constituem 1% da população, ganham por ano, no conjunto, mais ou menos a mesma coisa que os 60% mais pobres, que constituem a maioria da população brasileira.

Também houve algumas vantagens para as camadas médias, sobretudo para as camadas superiores das classes médias; a pobreza dos pobres, contudo, se agravou muito. E as condições de saúde da maioria da população refletem as consequências da miséria: cerca de 18 milhões de brasileiros sofrem de distúrbios mentais; cada brasileiro tem em média cinco dentes cariados ou precisando ser extraídos. Em novembro de 1977, o Ministro da Saúde do governo Geisel disse que, se fosse possível distribuir equitativamente os casos endêmicos conhecidos, cada brasileiro ficaria com pelo menos duas enfermidades.

Outro aspecto do crescimento capitalista no Brasil precisa ser mencionado aqui: se, por um lado, ele fortaleceu o Estado brasileiro e determinados setores do capital nacional, por outro lado ele impulsionou enormemente um processo de internacionalização da nossa economia e agravou muito os aspectos de dependência da economia brasileira em relação ao mercado mundial e ao sistema do imperialismo. A dívida externa do nosso país cresceu vertiginosamente, até chegar à impressionante cifra de 50 bilhões de dólares: no ano passado ela representava mais de duas vezes e meia o valor daquilo que o Brasil estava conseguindo exportar por ano. Em diversas áreas da economia

brasileira, a internacionalização ameaça assumir nitidamente o caráter de uma desnacionalização. No setor de bens de capital, algumas das maiores empresas que atuam no país são estrangeiras: General Electric, Ishikawajima, Caterpillar, Massey-Ferguson. No setor de bens de consumo durável, também: Volkswagen, Ford, General Motors, Mercedes Benz, Pirelli, Goodyear, Phillips e Fiat. A mesma coisa no setor de bens de consumo não durável: Esso, Shell, Texaco, Rhodia, Sanbra e Souza Cruz.

Não é fácil determinar com precisão qual é a força, qual é o peso real e quais são as formas da ação do capital estrangeiro, especialmente do capital norte-americano no conjunto da economia brasileira; mas é fácil perceber que se trata de uma presença que não deve ser subestimada. Existem, sem dúvida, contradições, conflitos de interesse (às vezes agudos), entre grandes empresas brasileiras e grandes empresas estadunidenses (e estrangeiras, em geral). Ao mesmo tempo, existem áreas de acordo, conveniências comuns, possibilidades de barganhas.

Nas condições atuais da economia e da vida política no Brasil seria ingênuo ou demagógico qualquer programa que propuzesse uma aliança com o capital monopolista brasileiro para expulsar do país o capital imperialista norte-americano.

Por outro lado, não há, no horizonte, nenhum sinal de uma crise revolucionária, cuja explosão permitiria às massas golpear diretamente os privilégios do grande capital, impondo uma derrota definitiva tanto aos monopólios nacionais como aos estrangeiros. Tudo indica que as forças populares precisarão travar uma complexa e prolongada "guerra de posições", ocupando trincheiras, ampliando espaços, fazendo política, aprofundando laboriosamente e consolidando todas as conquistas democráticas possíveis, para um dia conseguirem ter a hegemonia na sociedade civil, a capacidade de decidir quanto à orientação do Estado e da política econômica. A luta contra o imperialismo no Brasil só pode se elevar a níveis superiores através de um encaminhamento adequado da "questão democrática".

O desenvolvimento capitalista no Brasil tem se realizado segundo o modelo que Lênin chamou de "via prussiana"; transformações imprescindíveis à modernização da economia são promovidas de "cima" para "baixo", sem participação efetiva das massas populares. Nas condições que vêm sendo criadas nestas últimas décadas, entretanto, começa a se processar um incipiente fortalecimento da sociedade civil. Cresceu muito o peso da classe operária na economia do país;

desenvolveu-se um aguerrido proletariado concentrado nas grandes empresas; formaram-se novos dirigentes e ativistas sindicais, cuja consciência teórica nem sempre escapa às limitações do empirismo e do corporativismo, porém dão mostras de combatividade e bom senso: não têm ilusões quanto ao Estado burguês, mas fizeram curso intensivo de realismo político na escola da vida e sabem quanto valem para os trabalhadores as liberdades democráticas (mesmo quando limitadas). A Igreja Católica, as organizações representativas dos profissionais liberais e a imprensa desempenharam importante papel na crítica desmistificadora do "milagre brasileiro" e têm denunciado firmemente alguns dos aspectos mais antidemocráticos da sociedade brasileira. Além disso, o capitalismo tirou grande número de mulheres da esfera exclusiva das atividades domésticas, incorporando-as ao mercado de trabalho: com os horizontes ampliados pela experiência adquirida nas novas condições de vida, as mulheres vêm se tornando mais combativas e protestam cada vez mais energicamente contra a opressão de que são vítimas como trabalhadoras e como mulheres.

Outros sintomas do incipiente fortalecimento da sociedade civil podem ser indicados. No Rio de Janeiro e em São Paulo multiplicam-se e aumentam sua influência as associações de bairro, que reúnem moradores dispostos a reagir voluntariamente contra os fatores que acarretam uma baixa na qualidade da vida nas grandes cidades. Eleva-se o nível de organização dos negros que reagem contra os mecanismos de destruição de suas tradições étnicas, contra elementos de racismo acolhidos sutilmente pela ideologia dominante no país. Generaliza-se na população a consciência de que foi cometido pelo colonialismo e continua a ser cometido pelo capitalismo um crime de genocídio que está resultando na dizimação dos indígenas, primitivos habitantes da terra brasileira. Por outro lado, enquanto trata de organizar o mercado em função de seus interesses, o sistema capitalista cria também possibilidades para os consumidores de se organizarem na defesa dos interesses deles; e não é casual que estejam surgindo movimentos de proteção aos consumidores.

O setor mais delicado do fortalecimento da sociedade civil é o dos partidos políticos; nessa área a ação das forças que controlam o aparelho do Estado tem sido particularmente intensa e tem produzido efeito muito negativos. A legislação que controla o funcionamento dos partidos políticos no Brasil continua a ser escandalosamente antidemocrática. Mesmo assim, a atividade dos partidos de oposição tem conseguido alguns resultados interessantes, que prenunciam êxitos significativos nas próximas eleições legislativas de 1982 e animam os atuais deputados federais a enfrentar, em certos casos, as pressões do Poder Executivo.

O avanço no processo de fortalecimento da sociedade civil criará condições para uma grande mobilização democrática da opinião pública, para uma elevação no nível do movimento de massas, para o aumento da participação do povo na vida política e cultural, para uma inversão da "via prussiana" e para o encaminhamento da "questão democrática" em termos adequados, compatíveis com a centralidade que tal questão assumiu na sociedade brasileira contemporânea. Conforme já dissemos, só esse encaminhamento correto poderá permitir que a luta antiimperialista venha a se fazer a partir de uma posição firme, apoiada na força real das massas, organizadas de maneira consistente, de "baixo" para "cima".

Uma última palavra sobre os produtores de cultura: a participação deles nessa luta democrática tem sido da maior importância e tende a se tornar mais importante ainda. O capitalismo está transformando cada vez mais os produtores de cultura em assalariados, aproximando-os em certa medida da condição operária, facilitando-lhes assim na prática a compreensão do significado das lutas dos trabalhadores. Tornam-se cada vez mais raros os intelectuais que ainda vivem nas condições de "mandarins" (como Gilberto Freyre em seu casarão de Apipucos, por exemplo). Agora, os intelectuais estão sujeitos a controle na prestação de seus serviços, na universidade ou na empresa. Fica mais difícil para cada um deles se considerar um gênio e lançar-se à aventura individual de "explicar", numa intuição iluminada, a sociedade brasileira; por isso, está se desenvolvendo a investigação realizada em equipe, a pesquisa coletiva. A cultura está, então, cada vez mais, elucidando as contradições reais da sociedade brasileira, ajudando-a a se conhecer em toda a sua complexidade, contribuindo para que ela supere as simplificações e deformações difundidas pela ideologia dominante: um trabalho que, em última análise, serve à luta pela democracia e contraria os interesses do imperialismo.